

HELENA CAMPOS REFOSCO

Doutora em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP, 2017), aprovada com louvor. Bacharel em Direito (USP, 2004). Pesquisadora Visitante na Faculdade de Direito de Harvard (2015/2016). Juíza de Direito do Estado de São Paulo (2006–presente). Juíza Auxiliar do Ministro Ricardo Lewandowski no Supremo Tribunal Federal (2017–presente).

AÇÃO COLETIVA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, outono de 2018
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

HELENA CAMPOS REFOSCO

Ação Coletiva e Democratização do Acesso à Justiça

São Paulo: Quartier Latin, 2018.

ISBN 85-7674-929-7

1. Acesso à Justiça. 2. Processo Coletivo. 3. Ações Coletivas.

4. Direitos Humanos. I. Título

Editor

Vinicius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

Ronaldo Santos Soares

Capa

Anderson dos Santos Pinto

Imagem de capa

OPERÁRIOS, 1933, óleo sobre tela, 150x205 cm, (P122),

Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo.

Os herdeiros da pintora são os titulares do domínio autoral e a reprodução foi autorizada por eles.

<<http://www.tarsiladoamaral.com.br>>

Fotografia da pintura

Domínio autoral e autorização para reprodução da fotografia da imagem de capa autorizada por

Romulo Fialdini/Tempo Composto

<<http://www.tempocomposto.com.br>>

1124951

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefone: (11) 3222-2423

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	11
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	13
Prefácio.....	17

Introdução, 29

Capítulo 1 Reforma do Judiciário, 37

1.1. Contexto Internacional.....	40
1.2. Contexto Nacional.....	53
1.3. A Reforma e o Acesso à Justiça.....	58
1.3.1. Acesso à Justiça: Definição e Características.....	67
1.3.1.1. Inclusão.....	76
1.3.1.2. Imparcialidade.....	82
1.3.1.3. Celeridade.....	86
1.3.1.4. Eficiência.....	91
1.3.1.5. Segurança Jurídica.....	96
1.4. Novo Marco Legal da Ação Coletiva.....	99

Capítulo 2 Avaliação da Reforma sob a Ótica do Acesso à Justiça, 113

2.1. Dificuldades Metodológicas.....	116
2.2. Pesquisas Seleccionadas.....	119
2.2.1. Relatórios “Justiça em Números”.....	119
2.2.2. “Panorama do Acesso à Justiça no Brasil – 2004 a 2009”.....	125

2.2.3. Relatórios “ICJBrasil”	132
2.3. Considerações Finais	139

Capítulo 3

Acesso à Justiça: Ações Judiciais Individuais e Coletivas, 145

3.1. Transformações Econômicas e Sociais e seus Reflexos na Justiça.....	147
3.2. Demandas Repetitivas no Brasil e a Reforma do Judiciário	149
3.3. Os Paradoxos da Litigiosidade Brasileira	158
3.3.1. Litigiosidade e Ineficiências Regulatórias	168
3.4. Separação de Poderes e Vantagens Institucionais do Poder Judiciário	171
3.5. Método	183
3.5.1. Estudos de caso.....	183
3.5.2. Perspectiva Comparada: <i>Class Actions</i>	185
3.6. Breve Apresentação do Sistema Estadunidense da <i>Class Action</i>	189

Capítulo 4

Estudo de Caso 1: Litigiosidade Repetitiva no Âmbito das Telecomunicações, 201

4.1. Descrição	203
4.2. Implicações para o Acesso à Justiça	212
4.2.1. Inclusão	212
4.2.2. Imparcialidade.....	223
4.2.3. Celeridade.....	227
4.2.4. Eficiência	231
4.2.5. Segurança Jurídica.....	232
4.3. Perspectiva Comparada.....	236
4.3.1. Notificação.....	238
4.3.2. Honorários Contingentes	239

4.3.3. Alcance Subjetivo da Coisa Julgada na Ação Coletiva.....	241
4.3.4. Aperfeiçoamento Regulatório.....	245
4.3.5. Fase de Efetivação do Julgado.....	246
4.4. Considerações Finais Sobre o Caso	246
4.4.1. Sugestões Legislativas.....	252

Capítulo 5

Estudo de Caso 2: Litigiosidade Repetitiva Bancária, 257

5.1. Descrição	259
5.2. Implicações para o Acesso à Justiça.....	268
5.2.1. Inclusão.....	268
5.2.2. Imparcialidade	275
5.2.3. Celeridade.....	280
5.2.4. Eficiência	285
5.2.5. Segurança Jurídica	287
5.3. Perspectiva Comparada.....	290
5.3.1. Legitimidade Ativa.....	293
5.3.2. Certificação da Classe.....	301
5.3.3. Fase de Efetivação do Julgado.....	302
5.3.4. Prescrição.....	304
5.3.5. Produção Probatória	305
5.4. Considerações Finais sobre o Caso	306
5.4.1. Sugestões Legislativas.....	313

Capítulo 6

Estudo de Caso 3: Litigiosidade Repetitiva Contra o Poder Público, 317

6.1. Descrição.....	319
6.2. Implicações para o Acesso à Justiça.....	335

6.2.1. Inclusão	336
6.2.2. Imparcialidade	345
6.2.3. Celeridade.....	347
6.2.4. Eficiência	349
6.2.5. Segurança Jurídica	365
6.3. Perspectiva Comparada.....	370
6.3.1. Legitimidade Ativa.....	372
6.3.2. Fase de Efetivação do Julgado.....	374
6.4. Considerações Finais sobre o Caso.....	377
6.4.1. Sugestões Legislativas.....	380

Conclusão, 385

Referências, 395